COMITÊ DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO GRANDE

XXIX Reunião Ordinária | Biênio 2016/2018

14/12/2017

Centro Cultural – Luis Eduardo Magalhães - BA

Aos quatorze dias do mês de dezembro de dois mil e dezessete, às 09h, foi realizada a Reunião Ordinária da CCRMSF conjunta com a Reunião Ordinária do CBHGRANDE, no auditório Centro Cultural de Luís Eduardo Magalhães, na Avenida Enedino Alves Paixão, nº 4240 – Santa Cruz, Luís Eduardo Magalhães - BA. Reuniram-se as **INSTITUIÇÕES / MEMBROS TITULARES DA CCR MÉDIO SF: Associação dos Agricultores e Irrigantes da Bahia – AIBA**, Sr. José Cisino Menezes Lopes, **Associação dos Fruticultores da Adutora da Fonte – AFAF**, Sr. Ednaldo de Castro Campos, **CBH Verde e Jacaré** – Sr. Adão Moreira Paiva, **CBH Corrente** – Sr. João Batista Soares Ferreira, **CBH Paramirim e Santo Onofre** – Sr. Anselmo Barbosa Caires; Estiveram presentes as seguintes **INSTITUIÇÕES / MEMBROS SUPLENTES: Secretaria de Meio Ambiente do Estado da Bahia** – Aderbal de Castro Meira Filho (representado por Saul de Souza Cavalcante Reis), **CBH Verde e Jacaré** – Sr. José Humberto Oliveira Santos, **CBH Grande** – Sr. Martin Mayr. Houve a participação dos membros do CBHGRANDE e de representantes da sociedade civil, além da cobertura da TV Oeste Bahia, filiada da Rede Globo. O Sr. Ednaldo Campos, Coordenador da CCR Médio SF, inicia a reunião dando boas vindas a todos. Na oportunidade ressaltou a importância da reunião da CCR Médio junto com CBH Grande, dada à importância do Cerrado para o CBHSF, uma vez que, segundo o mesmo, "*nós estamos na caixa d'água da Bahia*", e por isso considerava necessária uma reunião para fazer as discussões em conjunto. Apresentou a pauta da reunião e em seguida passou a palavra para Elisa Zanella, presidente do CBH Grande, que expressou seu contentamento com a reunião conjunta da CCRM com o CBHGRANDE, e enfatizou que, tanto o CBHSF quanto o CBHGRANDE têm o mesmo propósito: a gestão e o cuidado dos recursos hídricos, e que, portanto, o que é discutido pelo Comitê do SF é válido para todos os outros Comitês. Elisa Zanella continuou com os informes. Informou aos presentes que dia 05 de dezembro do corrente ano o CBHGRANDE recebeu um ofício do Ministério Público solicitando informações sobre o Plano de Bacia do Rio Grande. Este ofício veio acompanhado de uma portaria também do MP

sobre um inquérito civil sobre a diminuição de vazão sobre as águas da bacia. No escopo desse documento o MP pede informações sobre todo o andamento do Plano de Bacia do Rio Grande, como ele foi realizado, por que ele ainda não foi concluído, e solicita todos os relatórios, deliberações e estudos prévios realizados. Informou ainda que o MP solicitou também da CTPPP uma análise atual do diagnóstico do Plano de Bacia, e deu um prazo de 20 dias para a CTPPP e de 30 dias para o CBHGRANDE atenderem a esta solicitação. Ednaldo em complemento a fala de Elisa Zanella pontuou que por ocasião de uma reunião, o CBHSF se comprometeu ajudar no término da elaboração do plano de Bacia. Contudo, foi necessário estourar um conflito para se tomar uma atitude. Enfatizou ainda que o governo da Bahia está muito ausente neste sentido. Martin Mayer do CBHGRANDE solicitou que este assunto fosse incluído na pauta, pois este tema necessitaria de uma discussão mais aprofundada, uma vez que este ponto estava sendo abordado naquele momento apenas como um informe. Sderlon, membro do CBHGRANDE, representando a sociedade civil, pediu que esta temática seja discutida numa plenária maior e se solidariza com Martin que este assunto seja um ponto de pauta. Na oportunidade sugere que todos os presentes se apresentem, pois, por ser uma reunião conjunta, nem todos se conhecem. Elisa Zanella agradece as considerações, e justifica que a questão da solicitação do MP não estava como ponto de pauta e sim como informe, pois esta demanda surgiu depois de feita a pauta e enviada a convocatória. Como a pauta do dia estava extensa, ela concordava com Sderlon, e considera necessário convocar uma reunião extraordinária do CBHGRANDE para discutir sobre este assunto, dada a sua importância. Ednaldo, de acordo com a sugestão de Sderlon, pede que todos os presentes se apresentem. Inicialmente se apresentaram os membros da CCR Médio SF e em seguida os membros do CBHGrande, finalizando com a apresentação dos convidados presentes. Em seguida, foi repassado o informe sobre o ENCOB, onde Ednaldo informou que dois representantes de Barreiras estiveram no evento, Fernanda Cristina Henn Souza e Samara Fernanda da Silva. Abordou ainda sobre as eleições realizadas por ocasião do Encontro Nacional de Comitês. Na oportunidade falou das dificuldades dos Comitês da Bacia, que só apenas três

possuem o Plano de Bacia elaborado, sendo, por este motivo, difícil trabalhar sem um plano norteador. Contudo, segundo Ednaldo, a gestão dos recursos hídricos fala mais alto, e cada membro luta como um voluntário, sendo considerado por ele como um guerreiro das águas. Continuando com a pauta da reunião, o Sr. Thiago Campos, Assessor Técnico da Agência Peixe Vivo, se apresentou e apresentou a Agência Peixe Vivo. Apresentou também as atribuições de seu trabalho e do trabalho da Agência junto ao CBHSF. Em seguida apresentou as ações demandadas pela CCR Médio SF, ou seja, os Projetos realizados na Região do Médio São Francisco. Ednaldo Campos, na oportunidade, pontuou sobre as intervenções do CBHSF, através da CCR Médio, na recuperação da Lagoa de Itaparica em Xique-Xique. Em seguida, Thiago Campos abordou sobre a proposta do PAP, apresentando a Deliberação CBHSF Nº 96, de 07 de dezembro de 2017, que atualiza o Plano de Aplicação Plurianual - PAP a ser executado com recursos financeiros oriundos da cobrança pelo uso de recursos hídricos na Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco, referente ao período 2016 a 2018, e prorroga a vigência para o período 2018 a 2020. Neste tocante, explicou o porquê da antecipação da finalização do PAP 2016-2018, justificando a aprovação do PAP 2018-2020, destacando que aconteceram dois eventos importantes nos anos de 2016 e 2017: no ano de 2016 foi aprovou o novo Plano de Bacia do CBHSF, com um horizonte para 10 anos. Por este motivo, não fazia sentido ter um plano de aplicação financeira que não fosse coerente com o novo cenário. Thiago Campos, neste sentido, reforçou ainda que, na Deliberação Normativa do PAP 2016-2018 já existia a previsão de se antecipar a aprovação de um novo Plano de Aplicação em razão de um novo Plano de Bacia. Thiago Campos enfatizou ainda que, o outro evento importante para a aprovação deste novo PAP foi a aprovação da nova metodologia de cobrança de recursos hídricos do CBHSF, e que por isso não se esperou o final de 2018 e já foi proposto um novo PAP para o quadriênio 2018-2020. Na continuidade, Thiago Campos explicou a planilha de investimento do PAP, que foi acompanhado pelo plenário que recebeu uma cópia desta planilha por ocasião do credenciamento. Em seguida apresentou a Deliberação CBHSF Nº 97, de 07 de dezembro de 2017, que dispõe sobre os mecanismos para a

seleção de obras, ações, estudos e projetos a serem contratados com os recursos financeiros oriundos da cobrança pelo uso de recursos hídricos. Deixou claro que esta deliberação normatiza e orienta os procedimentos para o recebimento destas demandas, e que ainda não é um edital para o chamamento de propostas. Falou ainda do orçamento do PAP destinado para projetos, na ordem de 148 milhões. Enfatizou que este valor é muito pequeno frente a necessidade que a bacia do SF possui, uma vez que, de acordo o Plano de Recursos Hídricos, é necessário um orçamento de 31 bilhões para revitalizar toda a Bacia do Rio São Francisco. Continuou explicando como se dá o recebimento e seleção de projetos, enfatizando a diferença entre demandas espontâneas e demandas induzidas. Neste sentido explicou que demandas espontâneas podem ser apresentadas por qualquer instituição, seja ela pública ou privada, com ou sem fins lucrativos, dada a abertura do edital; estas demandas são recebidas por meio das CCRs, onde é feita uma filtragem a partir de critérios estabelecidos em edital, e posteriormente encaminhados para a diretoria do Comitê. Quanto aos editais de demandas induzidas, estes são direcionados, e citou como exemplo, os editais direcionados ao financiamento de pesquisa científica, e que estes projetos são encaminhados diretamente para a Diretoria Colegiada do Comitê. Após a apresentação do Thiago Campos, foi aberto o debate para o plenário. Martin Mayer ressaltou a importância da continuidade do projeto e a necessidade de retornar aos locais onde os projetos foram realizados para saber o que mudou. Falou ainda da necessidade de emponderamento dos comitês, que muito se fala nesse sentido, contudo muita coisa não sai do papel, e que mediante esta realidade e a relevância do Comitê, muitos de seus membros se sentem inúteis. Enfatizou ainda a necessidade de todos se prepararem para uma escassez hídrica, e que neste sentido, projetos como os que são concretizados pelo Comitê não vão ajudar a resolver o problema, que só poderá ser resolvido mediante políticas públicas eficazes. Ante a fala de Martin Mayer, Ednaldo Campos afirmou que se sabe onde buscar os recursos financeiros para revitalizar a bacia, contudo, é preciso saber se tem este valor. Para isso, torna-se necessário uma integração com o Ministério da Integração, Ministério das Cidades, Ministério do Meio Ambiente, Codevasf e

Funasa. Ressaltou ainda que o CBHSF, ao financiar os PMSB, está fazendo um papel que é de responsabilidade do Estado. Thiago Campos complementou, pontuando que o Comitê trabalha como agente indutor e não provedor. Concordou com Ednaldo, no sentido de que o Estado, os Municípios e as entidades criadas para esse fim, o executivo e o poder público como um todo, devam assumir boa parte desta parcela para com a Bacia. E prosseguiu afirmando que o Comitê fortalecido deve cobrar a aplicação dos recursos do poder público e exigir políticas que venham de encontro com as necessidades do Plano da Bacia. Lembrou ainda que o Plano da Bacia não é só para o Comitê e os seus membros, ele é para toda a bacia e toda a população da Bacia. Sderlon ressaltou que os comitês funcionam sem Plano de Bacia, e que isso não é motivo para os Comitês não trabalharem, que não existe marco regulatório nenhum, nem estadual, nem municipal, nem na lei de recursos hídricos que impossibilite o Comitê de atuar por não ter um plano de bacia. Disse ainda que o Comitê precisa motivar as pessoas. Fazer um chamamento a sociedade civil, abrir as portas. Foi solidário a Martin Mayer, com relação ao esvaziamento de Comitês, algo que acontece, segundo o mesmo, tanto no CBHGRANDE quanto no CBHSF, por ser muito mal representado, e que seus representantes possuem um nível médio de conhecimento, muito pequeno com relação ao tamanho da bacia e para os seus problemas. Questionou ainda sobre a questão do lixão existente na cidade de Luís Eduardo Magalhães, na margem do Rio das Pedras. Ednaldo reagiu afirmando que, quando afirmou que um Comitê não funcionava sem plano, ele estava falando com relação a cobrança, uma vez que, sem um plano, o recurso oriundo da cobrança na bacia do rio grande e do rio corrente não tem como ser empregado, pois não há planejamento, ficando este recurso no fundo único do Estado, fazendo caixa pra o Governo e que por este motivo considera necessário "*exigir do governo que faça o Plano de Bacia do Grande e do Corrente*". Ednaldo pediu a Sderlon respeitos a todas a pessoas que estavam presentes na reunião e a todos os membros dos Comitês, pois ao afirmar que o Comitê era representado por pessoas com nível de conhecimento pouco abaixo com relação a dificuldade, ele não considerava os diversos saberes que a bacia possui e que estava dentro do Comitê e naquela reunião por representantes da

sociedade civil, sindicatos, associação comunitária, associação de produtores rurais, pessoas de todos os nível, desde ao iletrado ao PHD; uma mistura de culturas que representava bem toda a bacia. Com relação a participação de sociedade civil, Ednaldo ressaltou que tem buscado sempre esta parceria, e prova disso foi o seminário realizado pela CCRM, em Barreiras, que lotou a Câmara de Vereadores da cidade. Quanto ao lixão que existe nas margens do rio de pedras, Ednaldo ressaltou que este é um problema da prefeitura, uma gestão local. Que talvez o CBHGRANDE, a CCRM e o INEMA poderiam formalizar uma denúncia direto ao INEMA, para que este possa ir *in loco* para fiscalizar e fazer uma autuação, ou punição, e aplicar as multas necessárias. Destacou ainda que a Secretaria de Meio Ambiente da cidade de Luis Eduardo Magalhães afirmou possuir um projeto pronto para encaminhar para a CCRM para recuperação da bacia do Rio de Pedras. Claudionor questionou com relação ao Plano de Bacia do CBHGRANDE e Ednaldo levou a conhecimento que Governo da Bahia já estava intimado a fazer este plano. Continuando os debates, José Humberto, perguntou com relação a apresentação de projetos, se para fazer uma intervenção na área geográfica do rio verde, a demanda para intervenção deve ser feita de forma parcial ou integral, ou seja, primeiro a elaboração de um projeto básico e segundo, a elaboração de um projeto executivo ou, se essa demanda pode ser feita de uma forma completa. Thiago explicou que a apresentação de demandas poderia tanto ser uma demanda parcial ou completa, contanto que esteja coerente com o Plano da Bacia e que haja recursos financeiros disponível. Ednaldo complementou afirmando que o projeto apresentado é uma proposta e que A Agência Peixe Vivo tem uma equipe para elaboração de projeto, que faz o projeto conforme a demanda apresentada, para somente depois da apresentação ao demandante a demanda ser executada. Thiago ainda complementa que a grande maioria das demandas que chegam ao CBHSF são ideias, propostas, e que é muito raro receberem um projeto a ponto de execução. Dando continuidade, Cisino disse estar decepcionado com o apresentado no PAP com relação aos valores destinados a demandas para projetos. Questionou a metodologia de aplicação dos recursos do Comitê do SF, afirmando que há uma pulverização exagerada dos recursos

arrecadados com uma "obrinha aqui, outra ali". Enfatizou que vários projetos já foram feitos e que depois de três anos desaparecem por falta de manutenção, sendo enfático ao afirmar que "essas obrinhas que não tem depois uma manutenção não funciona, não adianta". Cisino propôs que se fizesse uma auditoria da aplicação dos recursos arrecadados pelo CBHSF nos últimos 10 anos e verificasse se foi efetivamente aplicado para revitalização do rio são Francisco. Questionou ainda os valores do PAP destinados para a FPI, destacando que o Ministério Público já tem o seu próprio dinheiro. Também afirmou que não concorda com o financiamento dos PMSB pelo CBHSF, uma vez que, segundo Cisino, o recurso do PMSB deve vir do Ministério das Cidades, e não do Comitê. Por fim, defendeu o financiamento de projetos maiores, como a demarcação da área de APP do Rio São Francisco. Paulo Baqueiro tomou a palavra e concordou com Cisino, afirmando que é necessário concentrar o recurso para poder mostrar que teve resultado de maneira mais palpável. Disse também que compreendia a angústia de Martin com relação em que não vê repercutir muitas das ações defendidas, mas que é necessário entender que esses fóruns não tem um viés fortemente voltado para manifestação política de estabelecer posição, o objetivo é de todos poderem ver no futuro, refletir o que se está fazendo hoje, uma vez que, muitas vezes as ações são feitas hoje mas não são valorizadas por quem está presente, contudo, elas serão valorizadas no futuro. Tomando a palavra, Ednaldo concordou com Cisino. Com relação ao acompanhamento dos projetos executados, ressaltou que quando o Comitê elaborando e executando, as que estão ali estão envolvidas no processo. Entretanto, quando a empresa sai, o demandante que é a prefeitura, ou a associação ou o sindicado deveria apropriar e dizer isto aqui é meu e botar pra funcionar. Neste sentido, Ednaldo defendeu a necessidade de fazer uma parceria forte com o INEMA. Thiago, em complemento a fala do Cisino afirmou que concordava que os projeto na forma como eles são concebidos são sim ações pulverizadas, com ciclo de vida muito curto. Destacou ainda que estes "*projetos acontecem muito rapidamente e muitas vezes não se tem a preocupação com o depois do projeto*". Defendeu a ideia de otimizar o recurso financeiro do CBHSF trabalhando com planos de manejo de bacias ou de micro

bacias, pois acredita que "*esse seria um caminho para pulverizarmos menos as ações e conseguirmos coletar algum resultado positivo no futuro*", e que a CCRM deveria discutir sobre esta questão, uma vez que, a decisão que chegar pra Agencia Peixe Vivo, ela será executada. Neste sentido sugeriu que a CCRM poderia elencar e escolher bacias prioritárias pra desenvolver estes "*planos de manejo a longo prazo e não apenas a curto prazo*". Em seguida Saul trouxe a conhecimento de todos que Aderbal, superintendente da SEMA o informou que a SEMA está negociando recursos com o Governo para aporte dos Planos de Bacia do Grande e do Corrente, e acredita ele que até janeiro será feita uma licitação pra contratação para estes Planos de Bacia. Com relação ao lixão de Luís Eduardo Magalhães, pontuou que todos os lixões da região foram fiscalizados, inclusive na FPI. Com relação a questão da fiscalização dos projetos, Saul ressaltou que estes precisam ter a participação da sociedade, que a sociedade precisa assumir a responsabilidade já na confecção e produção do projeto, para que se sintam parte, para que haja uma continuidade do que foi executado, uma vez que, é de responsabilidade do INEMA fazer manutenção dos projetos, que pode fiscalizar sim, caso seja demandado pela SEMA. Concordou com Cisino, defendendo a necessidade de executarem um projeto macro e dentro deste projeto macro se ter outros pequenos projetos, como parte do projeto macro, com o intento de no final se ter a recuperação da bacia. E finalizou afirmando que o governo considera importante a parceria entre Governo e CBHSF. Dando continuidade, Anselmo Caires, em complemento a fala de Cisino pontuou que, como membro da CTPPP, "esclareceu que os investimentos nas bacias não está tendo retorno" e que esta Câmara Técnica tomou a condição de abortar todo projeto que não tenha o devido comprometimento com a Bacia. João Batista, tomando a palavra, informou sobre as visitas realizadas por ele e Ednaldo nos projetos hidroambientais de Igaporã, Macaúbas e Barreiras, cujo parecer foi apresentado em relatório a Presidência do CBHSF. Falou da falta de assistência técnica do Estado para o pequeno agricultor, pois, segundo o mesmo, os grandes irrigantes têm seus consultores, e os pequenos agricultores não. Neste sentido propõe que o CBHSF peça ao Governo do Estado para disponibilizar assistência técnica aos pequenos

agricultores residentes nas áreas aonde os projetos venham a ser executados, pra que ao invés de o INEMA ir lá fiscalizar, porque a parte do INEMA é fiscalizar, notificar e multar, seja solicitado a STR pra fazer a assistência técnica para o agricultor familiar. Acredita que esta forma mais correta: "*ao invés de punir, orientar*", pois esta é a função da STR, orientar o agricultor familiar a fazer da forma correta. Logo em seguida Adão Paiva tomou a palavra e reforçou a fala de Ednaldo com relação à necessidade de cada Comitê possuir seu Plano de Bacia, enfatizando que "*o Plano é a saída para começar*". Thiago Campos esclareceu que cada Câmara Consultiva Regional terá o valor de 10 milhões para o financiamento de seus projetos e que este valor não é exclusivo, que pode ter outros valores aplicados nas CCR além desse. Foi dada uma pausa de uma hora para almoço. No turno da tarde a pauta da reunião foi direcionada para os assuntos do CBHGRANDE. Inicialmente Elisa fez uma retrospectiva das atividades do seu Comitê, realizadas durante o ano de 2017. Logo em seguida foi definido o calendário das reuniões ordinárias do CBHGRANDE, sendo sugerido fazer a primeira reunião em março, a segunda no mês em junho, a terceira em agosto e a última reunião ordinária no mês de novembro. Cisino pontuou a necessidade de fazer as reuniões ordinárias do CBHGRANDE já pensando na instalação da cobrança do ano de 2018. Neste sentido perguntou se havia, no INEMA um calendário previsto para discussão da cobrança e defendeu que as reuniões do Comitê do Grande precisam estar vinculadas a esta temática. Sderlon reagiu dizendo que quatro reuniões ordinárias do CBHGRANDE seriam insuficientes, uma vez que além da questão da cobrança da água, era necessário discutir ainda sobre a questão das outorgas, a questão da produção de água, bem como acompanhar as questões da intervenção da APA do rio de janeiro. Defendeu ainda a necessidade de fazer um calendário de planejamento para o ano de 2018, contudo, não sabia se os membros do Comitê do Grande disponibilizariam de tempo no momento para fazê-lo. Informou ainda que possuía decisões que queria apresentar ao CBHGRANDE e finalizou questionando que a comunicação do CBHGRANDE, bem como a do INEMA "*não estava legal*". Elisa Zanella concordou com Sderlon quanto a necessidade de fazer o planejamento de 2018, e considerou pertinente fazê-lo na primeira

reunião do ano de 2018. Disse que o Comitê do Grande pode fazer também reuniões extraordinárias. Com relação ao ENCOB, informou que a Fernanda Henn foi custeada pelo CBHSF e a Samara foi indicação do CBHGRANDE. Andrei, do CBHGRANDE, pediu que um ponto de pauta, informações sobre o estudo do Aquífero Urucuia, que está sendo financiado pela AIBA. Gláucia, da AIBA informou que está previsto um seminário para meados de fevereiro, onde os envolvidos neste estudo – a Universidade de Viçosa em Minas Gerais e uma delegação de estudiosos de Nebraska, EUA, – irão apresentar a metodologia que vem sendo realizada, bem como os estudos realizados até o momento no Aquífero Urucuia. Após as considerações apresentadas, foi definido o calendário pelo plenário seguindo sugestão de Elisa, e na oportunidade solicitou aos seus membros, que no final da reunião lhe repassasse as demandas e sugestões para construção da pauta para a reunião de março de 2018. Em seguida foi aprovada a ata do CBHGRANDE, com 11 votos a favor e nenhuma reprovação, nem abstenção. Elisa passou a palavra para Ednaldo, que apresentou o calendário de reuniões da CCR Médio para o ano de 2018. Logo após eleito, pelos membros da CCRM, os nomes de João Batista Soares Ferreira, do CBHC; José Humberto Oliveira Santos, do CBHVJ; e de Glauciana Pereira de Araújo, da AIBA; para compor a Comissão de Seleção de Projetos a serem recebidos através CCR Médio para financiamento do CBHSF. Ednaldo esclareceu aos presentes que esta comissão eleita, terá a incumbência de fazer uma seleção dos projetos recebidos pela CCR Médio, verificando se as propostas apresentadas obedecem aos critérios estabelecidos pela Deliberação CBHSF nº 97. Esta comissão terá o prazo de 15 dias para enviar para o CBHSF as propostas aceitas, bem como, no mesmo prazo, devolver para o demandante as propostas que não atendiam aos requisitos estabelecidos. As propostas de projetos encaminhados para o CBHSF serão analisadas pela Diretoria Colegiada, a DIREC, que tem um prazo de tem 30 dias para dar o parecer final, e encaminhar as propostas selecionadas para Agência Peixe Vivo para os trâmites legal, abrir licitação para contratação das empresas que executarão os projetos selecionados. Pontuou que está recebendo as propostas para se fazer esta seleção dentro CCRM. Respondendo a um questionamento do José

Humberto, Thiago Campos disse que seria leviano estabelecer uma data para recebimento e informou que a data de publicação do Chamamento para recebimento destas propostas será definida na reunião da DIRECE, que acontecerá dias 25 e 26 de janeiro. Neste sentido, Anselmo falou da preocupação de receber projetos antes da abertura do Edital. Ednaldo reagiu afirmando que, as propostas espontâneas a CCRM está apta a receber. Seria leviano estabelecer uma data para recebimento. Ednaldo, dando prosseguimento, indica, para aprovação dos membros da CCR Médio, o nome de Paulo Afonso Leiro Baqueiro como representante da CTAI para ocupar a vaga do Sr. Demerval Gervásio Oliveira que se afastou por motivos de saúde. Os membros presentes aceitaram a indicação, com exceção do Sr. Martin Mayer, que foi contrário a escolha, justificando que a indicação para CTAI não poderia ser baseado na simpatia e confiança a Paulo, sendo necessário ter uma conversa com os demais membros que tem certa relação com a bacia, pois acredita que a indicação é para atuação no Comitê como um todo e não apenas pra região do Médio, uma vez que, segundo ele, o Médio indica, mas participa de um grupo da bacia inteira. Ednaldo disse a representação para a CTAI é uma indicação do coordenador, mas ele estava levando a plenário para votação por defender o processo democrático e de decisão de todos os membros da CCR Médio, e que a indicação era pra compor a vacância de uma vaga já existente. Na oportunidade, Ednaldo apresenta o calendário de reuniões da CTAI para o ano de 2018. Logo após a palavra foi passada para Anselmo Caires, que pontuou sobre as discussões suscitadas por ocasião da reunião do Fórum Baiano, onde foram discutidos sobre a questão da cobrança. Pediu o apoio dos Comitês Grande, Corrente e Verde Jacaré contra a Resolução nº 110 de 07/12/2017, apresentada dia 12/12/2017 pela mídia, que dispõe sobre as diretrizes e critérios gerais para a cobrança pelo uso de recursos hídricos no estado da Bahia, e que diz que vai cobrar mesmo onde não tem plano de bacia, o que é fora da lei. Segundo Anselmo, sem o plano de bacia, não é possível saber as diretrizes e critérios de cobrança, e questiona onde é que serão aplicados estes recursos nas bacias que não tem plano de bacia. Anselmo diz ainda que a intenção é que dinheiro da cobrança fique numa agência do estado,

para que seja usado, dando a entender que é pra fazer caixa pro Governo. Defende o que está na Lei nº 9933 que o dinheiro da cobrança nas bacias tem que ser voltar para a bacia para a recuperação de toda bacia. Na oportunidade apresentou o calendário de reuniões do Fórum Baiano de Comitês para o ano de 2018, pontuando que a pauta da primeira reunião, prevista para março, será Cobrança e Conflito. Ao final da reunião, o Sr. Ednaldo Campos entregou alguns brindes aos presentes. Finalizada as discussões, a reunião foi encerrada às 17h, sendo lavrada a presente, que após aprovada pelos membros do CBHGRANDE, será assinada pela presidente.